

Formação de professores/as da/na educação infantil e relações étnico-raciais: um relato de experiência

Joelson Alves Onofreⁱ 

Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, Brasil

1

Resumo

O presente texto é um Relato de Experiência (RE) alusivo ao minicurso *Formação de professores/as da/na educação infantil e relações étnico-raciais* ministrado no *II Seminário de Educação, Diversidade e Direitos Humanos*. Objetiva apresentar reflexões relacionadas à formação de professores da educação infantil em interface com as questões étnico-raciais. O diálogo com os docentes dessa etapa da educação fez surgir várias problemáticas que permitem repensar a formação inicial e continuada no que tange às discussões relacionadas a uma educação infantil antirracista. Trata-se de um relato de abordagem qualitativa que teve como estratégia metodológica, dinâmicas, exposição dialogada, exibição de slides e debates. As questões surgidas possibilitaram aos professores repensar suas práticas pedagógicas, bem como reavaliar suas posturas e atitudes em relação ao racismo presente no campo educacional. O minicurso, enquanto proposta formativa, contribuiu para uma mudança de mentalidade e colaborou para o pensamento crítico-reflexivo no âmbito da educação para as relações raciais.

Palavras-chave: Educação infantil. Formação de professores. Relações raciais.

Training of teachers in early childhood education and ethnic-racial relations: an experience report

Abstract

This text is an experience report allusive to the mini-course *Training of teachers in early childhood education and ethnic-racial relations* taught at the *II Seminar on Education, Diversity and Human Rights*. It aims to present reflections related to the training of early childhood education teachers in interface with ethnic-racial issues. The dialogue with teachers at this stage of education gave rise to several issues that allow us to rethink initial and continued training with regard to discussions related to anti-racist early childhood education. This is a report with a qualitative approach that had as its methodological strategy, dynamics, dialogued exposition, slideshows and debates. The questions that emerged allowed teachers to rethink their pedagogical practices, as well as reevaluate their stances and attitudes in relation to racism present in the educational field. The short course, as a training proposal, contributed to a change of mentality and contributed to critical-reflective thinking in the context of education for racial relations.

Keywords: Child education. Teacher training. Race relations.

1 Introdução

O presente artigo trata de uma análise da experiência do minicurso intitulado *Formação de professores da/na educação infantil e relações étnico-raciais*, ministrado pelo autor no período de 06 a 08 de dezembro de 2023 remotamente. A referida atividade fez parte da programação do *II Seminário de Educação, Diversidade e Direitos Humanos*, organizado pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Rio Grande e o Centro de Estudos Interdisciplinares.

Pensar a formação de professores frente às demandas atuais é considerar os desafios impostos a essa profissão tão importante para o contexto e o avanço da educação brasileira na contemporaneidade. A formação docente, imersa em contextos diversos, está em constante atualização e os docentes não devem se eximir em discutir as questões sociais presentes nas salas de aula. Nessa perspectiva, repensar a questão da formação docente como um caminho para uma educação antirracista foi um dos objetivos do referido minicurso.

Ademais, a temática voltada para a formação de professores da educação infantil e relações étnico-raciais assume um caráter de urgência em vista dos marcos legislativos relacionados a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos públicos e privados do país (Brasil, 2003). Com base nessa assertiva, as leis 10.639/03 e 11.645/08, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana-DCNERER (Brasil, 2004) são importantes documentos que orientam e subsidiam os/as professores/as em seus estudos e práticas pedagógicas no que diz respeito ao cumprimento da normativa legal.

Contudo, refletir sobre uma formação docente antirracista e colocá-la em prática requer mudança de mentalidade, conscientização e responsabilidade com a história e o legado das populações negras que contribuíram para a construção da sociedade brasileira. Vale salientar que a razão para a inscrição de uma proposta de

minicurso dessa envergadura justifica-se pela pertinência e relevância da temática no campo da formação de professores, o que nos impõe um compromisso ético e político com uma educação antirracista. Há também nesse movimento as aspirações pessoais do pesquisador no campo da educação e relações étnico-raciais. A proposta do minicurso por si só demonstra a importância do debate no campo da formação docente, bem como descortina questões urgentes a serem problematizadas no âmbito da formação de professores da educação infantil.

3

A ementa do minicurso contemplou os seguintes enfoques: a) debate acerca da formação de professores/as da/na educação infantil e a educação para as relações étnico-raciais; b) reflexão sobre a lei 10.639/03 e os desafios para a prática pedagógica e c) discussão sobre o silêncio que envolve a temática do preconceito e discriminação racial no contexto escolar. A justificativa para a realização do minicurso se assenta na possibilidade de os/a professores/as da/na educação infantil e demais educadores/as compreenderem a importância da Lei 10.639/03 no combate ao racismo, bem como os desafios para a formação inicial e continuada.

O relato de experiência baseia-se em pesquisa bibliográfica, em que são tecidas reflexões e análises sobre a formação de professores no âmbito da educação para as relações étnico-raciais. O encontro aconteceu no *Google Meet* com a presença de professores/as de diversos estados brasileiros, todos/as com experiência em educação infantil. Elencamos três objetivos específicos para o minicurso: 1) Fomentar o debate acerca da Lei 10.639/03; 2) Refletir sobre os desafios para a prática pedagógica de professores/as da/na educação infantil, considerando as atuais mudanças no campo das políticas educacionais brasileiras; e 3) Problematizar o silêncio que envolve o racismo e a discriminação racial, especialmente na etapa da educação infantil.

Tais objetivos foram pensados, fundamentando-se na literatura especializada, dialogando com estudiosos/as da formação de professores, educação infantil e das relações étnico-raciais, que problematizam e propõem reflexões concernentes à formação de professores/as para o exercício de uma educação democrática e antirracista no contexto escolar, a exemplo de Freitas e Castro (2024), Coelho e Ferreira (2023), Silva e Cruz (2022), entre outros/as.

A questão que motivou a concepção do minicurso foi: Como pensar a formação de professores da educação infantil no contexto das relações étnico-raciais?

O relato de experiência encontra-se organizado em quatro seções. A primeira introduz o minicurso nos aspectos teórico-metodológicos. A segunda seção apresenta brevemente o percurso metodológico. Na terceira seção são apresentadas as reflexões e impressões do minicurso junto aos professores participantes e na quarta são tecidas considerações que retomam as principais reflexões sobre esse momento didático e formativo.

4

2 Metodologia

O relato de experiência seguiu uma abordagem qualitativa com foco na análise da experiência do minicurso “Formação de professores/as da/na educação infantil e relações étnico-raciais”. No que diz respeito a relevância do minicurso, acreditamos em sua dimensão formativa, pois sendo uma potente estratégia didática, possibilita aos professores, por meio de diversos instrumentos, construir um repertório teórico e prático.

Ademais, a experiência narrada torna-se extremamente significativa para os sujeitos participantes. Segundo Kuster (2022, p. 2), “[...] deve-se explicar contextualizada e detalhadamente os acontecimentos, sem que mantenha aspectos subentendidos, constando elementos positivos e negativos da experiência vivenciada”. Nesse sentido, consideramos as experiências vividas fundamentais para o processo formativo docente.

Em consonância com o que afirmam Mussi, Flores e Almeida (2021), compreendemos o relato de experiência como possuidor de uma dimensão científica e, nesse sentido, as vivências advindas dos momentos teóricos e discursivos são importantes elementos a se considerar em uma perspectiva formativa.

Ademais, conforme os autores, “Ao considerar o RE como expressão escrita de vivências, capaz de contribuir na produção de conhecimentos das mais variadas temáticas, é reconhecida a importância de discussão sobre o conhecimento” (Mussi;

Flores; Almeida, 2021, p. 63). Para fundamentar nosso relato de experiência, realizamos uma pesquisa bibliográfica em artigos disponíveis nas bases de dados com o intuito de estruturar teoricamente o minicurso.

Nesse sentido, as etapas do planejamento, organização e execução foram cuidadosamente pensadas para que a experiência com os participantes fosse a mais proveitosa possível. O encontro aconteceu no *Google Meet* e teve uma duração de 03h, iniciando às 09h00 e encerrando às 12h00. Os inscritos receberam o link de acesso à sala virtual via e-mail cadastrado no formulário de inscrição, disponibilizado pela organização do evento. Dos inscritos no minicurso, tivemos a presença de 16 mulheres e 2 homens, totalizando 18 participantes. Destacamos a participação de professores de vários estados brasileiros: Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraíba, Alagoas e Espírito Santo.

A seguir, relatamos sobre a estrutura do minicurso, como fora desenvolvido e acolhido pelos participantes.

3 Resultados e Discussões

Nessa seção, trazemos alguns elementos para pensarmos a formação docente na educação infantil na perspectiva das relações étnico-raciais. Estruturalmente, o minicurso foi organizado em cinco momentos: 1) dinâmica de acolhida e apresentação; 2) interação; 3) exposição dialogada com utilização de slides; 4) análise de letras de músicas e charges e 5) avaliação. Na dinâmica de acolhida e apresentação, os/as professores/as foram convidados/as a dizer o nome, a cidade e o Estado de origem.

Na sequência, o ministrante pediu que cada um/a falasse sobre o que entendem sobre racismo. Para esse momento, utilizou-se o site *Mentimeter* para gerar uma nuvem de palavras com as respostas. Exibiu-se o resultado e solicitou-se que cada professor/a dissesse sobre o tema do racismo a partir da análise de algumas charges de cenas do cotidiano (situações de racismo), racismo e violência na sociedade brasileira.

Na oportunidade, discutiu-se acerca do racismo estrutural (Almeida, 2018) e estruturante, mito da democracia racial e combate às discriminações no ambiente escolar, principalmente na educação infantil. Para esse momento reflexivo, a pergunta motivadora foi: Qual o papel da escola e dos professores frente ao racismo? Diante desse questionamento, problematizamos trazendo alguns elementos para pensar, por exemplo: Quantos/as professores/as negros/as você conhece ou já teve? Quantos/as médicos/as? Pesquisadores/as? Professores/as universitários/as? Advogados/as? Juízes/as? Promotores/as? Engenheiros/as? Atores/atrizes? Após lançarmos tais perguntas, solicitamos que os/as professores/as completassem a lista.

As questões colocadas permitem-nos discutir sobre o racismo de forma contundente. O racismo é um sistema de opressão que desumaniza as pessoas negras e continua presente nas relações sociais. Portanto, a escola enquanto espaço de socialização, onde circulam saberes e conhecimentos não está alheia a essa realidade. A escritora e pesquisadora Bárbara Carine nos provoca a pensarmos acerca do papel dessa instituição e o compromisso de sermos educadores antirracistas. “[...] a escola precisa ser uma forte aliada no enfrentamento das opressões estruturais, fundamentalmente o racismo” [...] Mais que uma opção, deve ser um compromisso histórico, um dever da escola ser antirracista (Pinheiro, 2023, p. 147).

Na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar impede a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano escolar. O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais nas diversas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais. Mais do que isso, reproduzem ou concebem os negros como sinônimos de seres inferiores (Cavalleiro, 2005, p. 11-12).

O silêncio escolar sobre o racismo cotidiano não só impede o florescimento do potencial intelectual de milhares de mentes brilhantes nas escolas brasileiras, tanto de alunos negros quanto de brancos, como também nos embrutece ao longo

de nossas vidas, impedindo-nos de sermos seres realmente livres ‘para ser o que for e ser tudo’ – livres dos preconceitos, dos estereótipos, dos estigmas, entre outros males (Cavalleiro, 2005, p. 11-12).

Para a autora, a escola dispõe de uma linguagem que reforça preconceitos e discriminações por meio de gestos, palavras, comportamentos, atitudes, sendo um espaço onde estes são acentuados e, portanto, não contribuem para o conhecimento a respeito do grupo negro (Cavalleiro, 2011).

7

Inferimos que a omissão perpetua as discriminações e preconceitos, numa espécie de cumplicidade silenciosa. Além disso, é preciso denunciar as situações de racismo que ocorrem nos espaços escolares, mas não somente isso, pensar em ações voltadas para a valorização do legado da população negra é uma forma de reconhecer os conhecimentos dessa comunidade. Sendo assim, no caso da educação infantil, o objetivo não é tão somente discutir racismo com as crianças pequenas, mas apresentar a elas a história e cultura afro por meio da ludicidade, brincadeiras, música, dança, imagens, literatura, fotografias, jogos, culinária etc.

Asseveramos que a educação infantil é uma importante fase na vida da criança. A promoção de uma educação para as relações raciais deve acontecer desde a mais tenra idade e na educação infantil essa premissa precisa de fato se efetivar, mediante o conhecimento teórico acerca das relações raciais e sociais no Brasil, assim como acesso aos marcos legais e normativas que orientam sobre o trabalho com as relações raciais na educação (Onofre, 2023, p. 3).

Destacamos, a partir das discussões no campo da educação infantil e relações étnico-raciais, a necessidade premente de uma formação docente pautada nos princípios democráticos, de equidade e antirracistas. O campo da formação torna-se propício, sobretudo no que tange ao trabalho com as relações raciais na infância. Urge dos/as professores/as se apropriarem de repertório teórico e conceitual a fim de contribuir para uma educação infantil no qual as culturas e saberes das crianças sejam respeitados e valorizados em toda sua inteireza.

Seguidamente, pontuamos algumas reflexões sobre o cuidado com as questões raciais na escola. O artigo 208 da Constituição Federal, em seu artigo 208, preconiza que o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a

garantia de: IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos (Brasil, 1988). A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (Brasil, 1996) em seu artigo 29 define a educação infantil como primeira etapa da educação básica, tendo com finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996).

8

Nesse sentido, o cuidado ao qual nos referimos no parágrafo anterior refere-se a pensar algumas estratégias para se trabalhar as questões étnico-raciais com as crianças pequenas. Discutimos com os/as professores/es alguns caminhos, a exemplo do respeito às diferenças, isto é, às infâncias múltiplas e o reconhecimento e valorização das experiências culturais das crianças, de suas agências, territórios, sejam elas negras ou não negras. Planejar e organizar momentos lúdicos em que a contação de histórias, brincadeiras, jogos, danças, músicas, culinária estejam presentes no cotidiano da educação infantil é outro ponto importante na organização do trabalho pedagógico.

Outro aspecto problematizado diz respeito à formação inicial e continuada de professores. Faz-se necessário um compromisso com a educação para a valorização das diferenças e também para as relações étnico-raciais. E, nesse sentido, a educação infantil precisa contar com profissionais capacitados para trabalhar com tais questões, promovendo e possibilitando ações e reflexões de combate às discriminações e preconceitos, mas também implicados com a valorização do legado africano.

É importante destacar a fala de Silva (2015, p. 24) no que concerne à urgência de uma revisão dos pressupostos epistemológicos acerca das questões étnico-raciais.

É um grande desafio trazer à baila o debate sobre a questão das relações étnico-raciais que pautam os povos negros e indígenas na escola, principalmente na educação infantil, portanto se faz urgente a revisão das abordagens tecidas por estas instituições.

Acreditamos que o desafio da discussão dessa temática na escola e na educação infantil perpassa pela formação qualificada dos/as professores/as.

Segundo a autora, revisar as abordagens torna-se um imperativo, haja vista as dificuldades que encontramos no campo da formação diante da complexidade e das múltiplas experiências formativas dos sujeitos.

Segundo Freitas e Castro (2024, p. 12) a educação para as relações étnico-raciais no âmbito da formação de professores possui uma dimensão formativa, cuja proposta é reparar os processos violentos da colonização contra a cultura negra.

9

Frisamos que a lei não muda só o currículo escolar; ela repercute na constituição de uma identidade nacional, tensiona o campo das relações étnico-raciais, incomoda aqueles e aquelas que pensam uma educação pautada nos princípios hegemônicos coloniais brancos, como também abre uma discussão no campo da formação de professores/as.

Esse incômodo que a lei provoca, apontado pelos autores, vai ao encontro do tensionamento que precisa ser feito em relação às concepções de educação, principalmente aquela pautada no colonialismo, de caráter eurocêntrico. Portanto, acreditamos que a formação de professores é campo fértil para problematizarmos essas questões. A lei incomoda, mexe nas estruturas epistemológicas conservadoras e sugere uma reeducação das relações étnico-raciais. Contar a história sob outra perspectiva é também uma forma insurgente e revolucionária de perspectivar outros olhares acerca da história e cultura afro-brasileira.

Corroboramos com Coelho e Ferreira (2023, p. 528) ao afirmarem que “Para a modificação do currículo em relação à diversidade, desde a formação inicial, para que os(as) professores(as) atuem na escola, não basta mudar o currículo, requer uma alteração de como a prática docente se concretiza [...]”. A mudança na prática docente requer dos professores disponibilidade para o diálogo, abertura para as novas epistemologias, os saberes produzidos pelas comunidades, aqueles não valorizados no currículo oficial, os silenciados e invisibilizados. Destarte, a pauta antirracista deve ser assumida por todos os professores como afirmam Silva e Cruz (2022, p. 514) “Por fim, é preciso que a pauta antirracista seja acolhida por todo o corpo docente, o que demandaria mais conhecimentos em relação à temática racial com foco nas especificidades da Educação Infantil”.

No que se refere a esses conhecimentos destacados pelas autoras em relação às especificidades dessa etapa, no minicurso foram pensadas algumas estratégias. Primeiro, discutimos a importância da representatividade, trazendo a figura da rapper, cantora e compositora MC Sofia, trabalhando a música *Menina pretinha* (2016) que reflete na letra o orgulho do pertencimento, de se reconhecer bonita, princesa, rainha. Em seguida, foram apresentadas algumas personalidades negras com objetivo de conhecer algumas mulheres referências em diversas áreas de conhecimento. Djamila Ribeiro, filósofa e escritora; Sueli Carneiro, filósofa e escritora; Bárbara Carine, professora e escritora; Kiusam de Oliveira, escritora; Conceição Evaristo, escritora; Carolina Maria de Jesus, escritora; Nilma Lino Gomes, professora e escritora; Lucimar Rosa Dias, professora e escritora e Jaqueline Góes de Jesus, biomédica e pesquisadora.

Após a apresentação dessas importantes mulheres que contam uma nova história, trabalhamos acerca das contribuições da população negra no campo das ciências, educação, arte, culinária, música, política, justiça, dança. Na educação infantil é importante que os professores/as apresentem às crianças essas personalidades, que nos espaços tenham fotos, imagens, gravuras, relacionadas ao povo negro, aos intelectuais, crianças negras ou de outras etnias. Faz-se necessário que o ambiente seja um ambiente alfabetizador e de letramento racial, contribuindo para que as crianças tenham contato e conheçam as diversas culturas, negras e indígenas, assim como a potência que elas representam.

Nessa perspectiva, é oportuno salientar:

Cultivar a ludicidade, a arte, construir múltiplas formas de linguagem, vivenciar diversas formas de expressividade, sensibilidade, experimentação, é um dos pontos basilares – e mais desafiadores – para o desenvolvimento de uma prática pedagógica antirracista em creches e pré-escolas. Mas tudo isso parte de um aprendizado, que não se dá pelas vias de uma racionalidade hegemônica, pretensamente universal (Silva; Cruz, 2022, p. 513).

Ante o exposto, inferimos que avançamos em muitos aspectos. Concernente à representatividade, temos caminhado bem por meio da literatura, dos filmes, desenhos, histórias em quadrinhos, séries televisivas, brinquedos. A valorização da

cultura e identidade, a autoestima e construção de uma imagem positiva das crianças negras têm contribuído para o resgate do pertencimento e da ancestralidade.

Na etapa final do minicurso, apresentamos aos/as professores/as os valores civilizatórios afro-brasileiros, cunhados por Azoilda Loreto da Trindade (2005), que são importantes elementos de resgate da memória e ancestralidade a partir da África que habita em nós. A *energia vital*, “Tudo que é vivo e que existe, tem axé, tem energia vital”, as crianças sendo reconhecidas como sagradas, cheias de vida. Tudo o que existe na natureza é sagrado e interage. Uma excelente oportunidade de aproximar as crianças dos elementos da natureza, mostrando que todo ser vivo é importante no meio ambiente. Precisamos educar nosso olhar e enxergar nossas crianças como sagradas.

Outro valor civilizatório é a *oralidade*. Promover momentos em que as vozes das crianças sejam potencializadas, oportunizando que elas participem ativamente, expressando-se por meio da contação de histórias, músicas, lendas, parlendas, contos. No contexto da educação infantil, a oralidade assume contornos de ancestralidade, identidade, potência criativa, por meio da linguagem da criança.

Temos também a *circularidade* como outro valor civilizatório. Na rotina da educação infantil está presente a roda. Ela tem um importante significado, pois remete ao movimento, renovação, circularidade, processo, coletividade. Lembremos das rodas de capoeira, samba etc. Azoilda nos provoca: “Que tal potencializarmos mais a roda, com cirandas, brincadeiras de roda e outras brincadeiras circulares?” (Trindade, 2005, p. 34). Excelente oportunidade para valorizarmos a roda enquanto potência coletiva, em que as crianças possam se ver, se conhecer, aprender o valor da coletividade e da colaboração.

A *corporeidade*, importante valor civilizatório, também precisa estar presente no cotidiano da educação infantil. “Cuidar do corpo, aprender a massageá-lo, tocá-lo, senti-lo, respeitá-lo é um dos nossos desafios no trabalho pedagógico com a Educação Infantil. Dançar, brincar, rolar, pular, tocar, observar, cheirar, comer, beber, escutar com consciência” (Trindade, 2005, p. 34).

A *musicalidade* nos identifica enquanto cultura e povo, portanto, trabalhar esse valor civilizatório na educação infantil é permitir às crianças acessar um repertório de alegria, dança, batuque, sons. *Ludicidade* é outro valor que representa a diversão, a celebração da vida, a brincadeira, a criatividade, a imaginação, os sorrisos. Nada mais gratificante que um sorriso estampado no rosto de uma criança e a ludicidade proporciona esse momento. A cultura negra é a cultura da alegria e da celebração.

Por fim, a *cooperatividade* representa “a cultura do plural, do coletivo, da cooperação” (Trindade, 2005p. 35). Compartilhar, preocupar-se com o outro, ajuda mútua, solidariedade, são elementos da cultura negra e devem ser evidenciados.

Após a apresentação dos sete valores civilizatórios, indicamos aos/as professores/as alguns livros de literatura infantil afro-brasileira que podem ser trabalhados na educação infantil, adaptando às especificidades dessa etapa. As *tranças de Bintou* (Sylviane A. Diouf), *Betina* (Nilma Lino Gomes), *Meu crespo é de rainha* (bell hooks), *Com qual penteado eu vou?* (Kiusam de Oliveira), *Amoras* (Emicida), *Cada um com seu jeito, cada jeito é de um* (Lucimar Rosa Dias).

Na oportunidade, os participantes avaliaram o minicurso respondendo ao proposto pelo ministrante, considerando os seguintes aspectos: “que bom”, para o que de fato foi significativo no processo de aprendizagem, “que pena”, para o que não contemplou o planejado e/ou discutido e “que tal”, para sugestões em relação aos próximos minicursos.

Em relação aos enfoques formação de professores da educação infantil, relações étnico-raciais e reflexões sobre a lei 10.639/03 e os desafios para a prática pedagógica, apresentados na ementa do minicurso, os cursistas associaram à categoria “que bom”, por considerarem como fundamental o trabalho com a temática, principalmente na formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, considerando a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica.

No enfoque sobre o silêncio que envolve a temática do preconceito e discriminação racial no contexto escolar, os participantes pontuaram a importância do combate ao preconceito racial no cotidiano da educação infantil, bem como

ressaltaram a necessidade de dar visibilidade às contribuições da cultura negra para a sociedade brasileira. Na categoria “que pena”, os cursistas enfatizaram que o tempo do minicurso foi curto para uma discussão mais aprofundada, mas também pontuaram que por tratar-se de uma atividade online, o tempo de exposição foi razoável, haja vista que atividades remotas podem cansar os participantes.

Na categoria “que tal”, os participantes sugeriram uma carga horária maior para os próximos minicursos e temas voltados para literatura infantil e relações étnico-raciais, currículo, formação docente e estudos sobre branquitude etc.

Salientamos que experienciar esse momento, mesmo que de forma remota com os/as professores/as da educação infantil de diversas partes do Brasil, se constituiu em momento significativo e enriquecedor.

4 Considerações finais

A análise da experiência do minicurso *Formação de professores/as da/na educação infantil e relações étnico-raciais* objetivou debater a formação docente na perspectiva das relações étnico-raciais, promovendo imersão teórica e metodológica no que diz respeito às especificidades da primeira etapa da educação básica. Propusemos repensar a formação de professores a partir da realidade e contexto da educação infantil, provocando, tensionando e refletindo acerca do racismo, mas também evidenciando as contribuições da cultura negra.

O minicurso possibilitou ampliar a discussão no campo da formação de professores da educação infantil e relações étnico-raciais, destacando a importância do debate acerca do racismo e preconceito, do silêncio pedagógico relativo a essas questões e, acima de tudo, a urgência de uma formação inicial e continuada de professores que contemple o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana preconizado nos marcos legais, leis 10.639/03 e 11.645/08.

A Educação para as Relações étnico-raciais (ERER) pressupõe uma reeducação, um novo olhar para outras epistemologias, um revisitar dos valores civilizatórios afro-brasileiros, oportunizando às crianças conhecimentos acerca da cultura africana e toda a sua riqueza. No âmbito das limitações de nosso estudo,

sugerimos que os estudos, pesquisas, minicursos e oficinas relacionados a essa importante temática proponham ações e estratégias antirracistas no contexto escolar, primando pelo compromisso com a história dos povos africanos, reconhecendo seus conhecimentos científicos e saberes ancestrais.

O minicurso impactou positivamente os participantes, visto que oportunizou repensar práticas pedagógicas voltadas para a valorização do legado afro-brasileiro e africano, assim como evidenciou os desdobramentos de uma educação antirracista desde a educação infantil. Os cursistas participaram das atividades propostas de forma online, respondendo às questões norteadoras sugeridas. O envolvimento dos cursistas permitiu que a temática fosse assumida com compromisso e responsabilidade frente a uma formação docente qualificada.

As discussões, atividades e proposições advindas do minicurso foram fundamentais no sentido de evidenciar a importância do trato com as questões étnico-raciais desde a mais tenra idade. Concluímos reafirmando a potência pedagógica desse momento coletivo de construção de conhecimentos proporcionado aos participantes, que puderam revisitar conceitos, reelaborar questões, problematizar situações do cotidiano e repensar a prática docente em um movimento de desestabilizar as estruturas racistas, coloniais e eurocêntricas. Tudo isso perspectivando a luta por uma formação docente pautada nos princípios antirracistas e, principalmente, pela garantia dos direitos das nossas crianças, valorização das culturas plurais e reconhecimento do potencial das crianças e de suas infâncias.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
BRASIL. **Lei n. 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.833.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura**

Afro-Brasileira e Africana. Brasília: CNE/CP3/2004, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Lei 9.394/1996.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação Infantil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 58-101.

CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo. *In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.* Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 65-104. (Coleção Educação para Todos)

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; FERREIRA, Anne de Matos Souza. A EREER na educação básica: o trato com a diversidade cultura em uma escola paraense (2014-2020). **Interfaces da Educação**, v. 13, n. 39, p. 525–546, 2023. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/6082>. Acesso em: 23 mar. 2024.

FREITAS, Tiago Moraes de; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura. Formação docente na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais: a insurgência contemporânea de uma aprendizagem da docência antirracista. **Educação em Foco**, v. ano 27, n. 51, p. 1–31, 2024. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/7095>. Acesso em: 25 mar. 2024.

KUSTER, Saulo. Práxis pedagógica da peteca e corrida de tora: um relato de experiência. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8556/7160>. Acesso: 15 jul. 2022.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 1–18, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060. Acesso em: 25 mar. 2024.

ONOFRE, Joelson Alves. Educação infantil e relações étnico-raciais: uma análise das pesquisas acadêmicas publicadas em periódicos de educação (2018-2022). *In: IV COPENE NORDESTE*, 2023, Maceió. **Anais [...]** Maceió: 2023. p. 1 - 14. Disponível em: <https://www.copenenordeste2023.abpn.org.br/anais/trabalhos/lista#J>. Acesso em: 2 mar. 2024.

PINHEIRO, Bárbara Carine. **Como ser um educador antirracista**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2023.

SILVA, Janeide Souza. Relações étnico-raciais na educação infantil: práticas educativas anti-racismo. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 15, n. 173, p. 23–32, outubro, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/29194/15268>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SILVA, Bárbara Rainara Maia; CRUZ, Sílvia Helena Vieira. Educação das relações étnico-raciais na formação docente: o curso de Pedagogia da UFC em foco. **Debates em Educação**, v. 14, p. 492–516, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12666/9671>. Acesso em: 25 fev. 2024.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **Valores Civilizatórios Afro-brasileiros na educação**. MEC– Valores afro-brasileiros na Educação. Boletim, v. 22, 2005.

ⁱ **Joelson Alves Onofre**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3021-1234>

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestre em Educação (UFBA). Licenciado em Filosofia e Pedagogia. Professor Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Departamento de Ciências da Educação (DCIE), Ilhéus-BA.

Contribuição de autoria: Elaboração, escrita e revisão do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4888049449548146>

E-mail: jaonofrecp@yahoo.com.br

Editora responsável: Arliene Stephanie Menezes Pereira Pinto

Recebido em 14 de maio de 2024.

Aceito em 24 de julho de 2024.

Publicado em 05 de agosto de 2024.

Como citar este artigo (ABNT):

ONOFRE, Joelson Alves. Formação de professores/as da/na educação infantil e relações étnico-raciais: um relato de experiência. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 5, n. 1, 2024.